

Psicanálise e violência: sociedade, juventude e literatura¹

Renata Damiano Riguini*

Ao organizarem o livro **Psicanálise e violência: sociedade, juventude e literatura**, as pesquisadoras da Pós-Graduação da PUC Minas, Ilka Franco Ferrari e Jacqueline de Oliveira Moreira, advertidas que a violência é própria da cultura e que está na constituição dos laços sociais, não se isentaram, no entanto, de abrir o debate sobre o assunto. Desde seu crescente aumento nos dias atuais, bem como sobre as formas de manifestação contemporânea, passando pelos sintomas sociais e sublimes da cultura, o livro discorre sobre o que a psicanálise pode dizer da violência e sobre o que a violência nos ensina.

Tal abertura começa com o "I Congresso Internacional de Psicanálise sobre Violência e Processos Segregatórios: subjetividades e realidade social", realizado na PUC Minas, em agosto de 2012, e que contou com o apoio da CAPES bem como da própria instituição. Nesse evento, ao focar na violência da atualidade hipermoderna, participaram diferentes pesquisadores do Brasil e do exterior aliados desse debate. Para o campo da Psicologia, a diferença que o livro traz, e que foi um grande propósito deste, é a de apresentar a violência desde uma perspectiva estrutural, a fim de evitar a forma que o tema vem sempre se apresentando, ou seja, sempre sendo vinculado a outras problemáticas – p. ex. violência contra a mulher, contra o idoso, nas ruas etc. Nesse sentido, vale acrescentar ainda que o livro tem como teoria base a psicanálise, mas não desconsidera as interlocuções necessárias para tratar um tema quase intratável pela palavra, pois, ora, o que é a violência senão aquilo que escapa ao sentido? Portanto, os artigos dessa coletânea pretendem tratar e bordejar nosso objeto com criatividade, interlocução, teoria e clínica, a fim de suscitar um saber novo sem a pretensão que se feche a discussão, mas que mantenha aberta a causa colocada em questão.

Na primeira parte, "Violência, Política e Psicanálise", o primeiro artigo, "A subjetividade em jogo na construção do inimigo", escrito por Mario Elkin Ramírez, trata, do ponto de vista subjetivo, do que é a construção do inimigo desde a perspectiva da psicanálise. Mais inovador, no entanto, sob a pena de Ramírez, é que sua discussão parte e se baseia na análise dos discursos dos atores armados na Colômbia, precisamente do Secretariado das FARC-EP — Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, Exército do Povo. Assim, Ramirez lembra que o sujeito se estrutura no outro, com o qual se identifica e que, do mesmo modo, há uma fascinação similar pelo inimigo que se traduz numa atenção e vigilância constantes, capazes de obnubilar o sujeito em sua adoração. O inimigo entra para afirmar a identidade do sujeito como diferente, ocasionando uma polaridade entre a coesão identitária de um grupo, por um lado, e a segregação absoluta do diferente, por outro: isto foi o que se verificou na pesquisa colombiana como o espelho sangrento.

Em "Subjetividade e realidade social: a questão da violência", a pesquisadora e psicanalista espanhola Hebe Tizio nos adverte da necessidade de colocarmos a violência dentro do discurso de nossa época, ou melhor, em consonância com o mal-estar, que é estrutural, de nossa época, que está relacionado à queda dos ideais, do discurso do Mestre e da regulação do gozo via Nome-do-Pai. Mais ainda, sua advertência se amplia ao trabalho nas instituições, à educação das crianças e a uma reflexão sobre o esmaecimento das figuras de autoridade, lembrando, por exemplo, que agora os castigos não funcionam mais porque passamos de uma ética das consequências a uma

* Doutoranda em Psicologia pela PUC Minas. e-mail: rriguini@gmail.com;

¹ FERRARI, ILKA. F; MOREIRA, JACQUELINE O. (Org.) *Psicanálise e violência: sociedade, juventude e literatura*. Curitiba, PR: Ed. CRV, 2013. 162p.

ética das intenções, o que implica em perda da responsabilidade de cada sujeito.

Marília Novais da Mata Machado se enveredou em três temas que dão o título de seu trabalho: "Violência, Políticas Públicas, Minas Gerais". Partindo de Eugéne Enriquez e Freud, em **Mal-estar na civilização**, a autora retoma a ideia de que as instituições, as leis, a própria civilização mascaram a violência que de fato carregam. A sociedade civil, por este ponto de vista, só é violenta a fim de resistir ao pensamento único e onipotente do Estado. Dando sequência ao artigo, Machado traz exemplos de pesquisas feitas nas Universidades que trabalham o tema, constatando tanto a violência vinda de pessoas individuais que trabalham para o Estado como também de políticas públicas que atuam como instâncias de normatização e controle, sendo capazes de interditar, reprimir, recalcar e censurar, incitando a violência via situações de transgressão e resistência. No entanto, a autora ainda acredita que se estivermos atentos a esta violência, a violência das atuais políticas públicas, poderemos ainda nos beneficiar do algo de autonomia que cresce em seu núcleo.

Em "Políticas Públicas e controle da violência", Luís Flávio Couto levanta e discute dois pontos de vista: 1) a defesa de uma presença maior do estado no combate à violência muitas vezes com aumento de medidas repressivas; e 2) a violência do estado, baseada nas construções teóricas de Enriquez, que considera lícita a violência que constrói e mantém presídios, asilos e manicômios, sendo o estado mais forte, a violência parte dele. Frente às duas perspectivas, o autor nos lembra, com Lacan, que a exigência de gozo do supereu conduz-nos a toda sorte de excessos e que todos podem ser levados a ações violentas. No entanto, alerta Couto, não devemos esquecer dos casos de quando a palavra deixa de ser mediadora para se tornar uma violência implícita, nos conduzindo ao pior.

A segunda parte do livro privilegia os artigos que articulam Juventude, Violência e Psicanálise, começando com o artigo "Do eu ao outro: reflexões sobre o lugar do outro para sujeitos enlaçados com a criminalidade", realçando o aumento da criminalidade em nosso país, em especial o aumento do número de homicídios desde a década de 1980. O jovem, dentro de determinado território, vai buscar pertencer a uma gangue e se inserir em um jogo de rivalidades, a fim de construir uma identidade social, o que pode, enfim, conduzi-lo à delinquência. Dentro da gangue, os atos ilícitos ganham status, gerando reconhecimento para o sujeito praticante. Aqui a violência é uma forma de estabelecer relações sociais. Sem o lugar transcendental da autoridade, o sujeito busca se autorreferenciar no mercado, no capital, única figura de autoridade que os jovens conhecem, para regular suas ações. O artigo nos convida a pensar como se darão os processos de subjetivação nesse contexto.

Em "Lei, culpa e a eliminação da diferença no laço social", Henrique Figueiredo Carneiro parte da premissa de que todo movimento exercido no espaço entre lei e transgressão indica onde se localiza o sujeito diante da lei e, por consequência, como que este mesmo sujeito pode redimensionar sua relação subjetiva com a culpa pela via do Outro, do simbólico. Para desenvolver tal premissa, o autor se vale de uma pesquisa feita com adolescentes de um projeto social no estado do Ceará. Na análise que faz e que mostra no artigo, Carneiro aponta, dentro das falas dos adolescentes, uma forma de ver e lidar com a lei que, longe de manter a lógica do ordenamento lei/transgressão, ela mostra uma lei que se torna dúbia pela influência do imperativo econômico da autonomia, dispensando, muitas vezes, os efeitos da penalização e seus prejuízos.

Em "Medida socioeducativa; espaço de responsabilização subjetiva?", Juliana Marcondes P. de Souza reflete sobre o cenário de crimes e violência onde os atores e vítimas principais são os adolescentes. A autora pergunta se as medidas socioeducativas, que visam a recuperação, a ressocialização e a inibição de reincidência, poderiam,

ao mesmo tempo que indicarem a responsabilização jurídica, buscar uma responsabilização subjetiva capaz de visar uma nova saída para o excesso pulsional do sujeito, excesso este que está em jogo no processo da adolescência. Esse excesso pode facilmente se enlaçar ao crime e às gangues para fazer borda e reordenar o gozo do novo corpo que ajeita. Souza apresenta o fragmento de um caso clínico para colocar suas reflexões e poder falar de um sujeito adolescente se implicando em suas ações. Em sua terceira e última parte, o livro articula Literatura, Violência e Psicanálise, em que veremos a violência em sua dimensão mais estrutural. Os dois primeiros artigos tratam da questão da escrita e o que ela comporta de violento em duas leituras lacanianas.

Em “O insignificante e o feminino: a alteridade em Clarice Lispector”, Cristina Moreira Marcos parte da premissa de que a estética do insignificante, em Clarice Lispector, nos aponta para a escrita como um lugar privilegiado de inscrição do feminino — feminino enquanto não todo recoberto pela dimensão fálica, ou seja, simbólica. Nesse sentido, a autora constata o esforço da escrita em fazer de um grito, ou de um suspiro, quem sabe até de um nada, qualquer sorte de discurso. Nesse esforço, a escrita de Clarice efetua, em sua forma, o que é de seu conteúdo: escrita fragmentada, múltipla e informe, que permite entrever um traço do feminino. Partindo do insignificante — que é alteridade e causa da escrita — ela exhibe a positivação do nada e o que ele tem de violento, mas também de redentor, para aquela que escreve.

Em “A violência na prática da letra”, as autoras Ilka Franco Ferrari e Renata Damiano Riguini entendem, com Lacan, a escrita como prática da letra. Nesse sentido, a escrita converge no uso do inconsciente e se revela uma operação na linguagem que não pode ser sem consequências. Se assim o é, psicanálise e escrita serão experiências afins em uma função: fazer despertar o sujeito. Despertar para além do sentido comum e da prosa ensurdecadora do discurso onipresente que nos faz calar. Despertar que faz furo no real e, se não faz sentido, tem o efeito de um ato. É a irrupção de uma língua que possa ser Outra.

Em “Corpo e abjeto: considerações a partir da arte”, Leônia Cavalcante Teixeira considera que as noções de abjeto e abjeção são importantes para a psicanálise discutir a potência da arte ao bordejar o real. Tais noções estarão ligadas em seu artigo à tese freudiana sobre o estranho em sua interface com os conceitos de informe em Bataille e de abjeção em Kristeva e Foster. Seguindo esse caminho, a autora nos ensina que a arte, em seu caráter abjeto, nos leva tanto a pensar no objeto enquanto condensador de gozo, quanto no sublime, porquanto este promove a apreensão do que é mais originário, um modo de amor à verdade.

“O filme Shame: uma interpretação psicanalítica sobre o afeto vergonha” é o artigo de Anamaria Batista Nogueira e Oswaldo França Neto. Partindo, portanto do filme **Shame**, dirigido por Steve McQueen, os autores abordam o protagonista, Brandon e sua vida sexual, que os autores associam ao estilo de vida que convém à contemporaneidade. Brandon mora sozinho em Nova York e não tem nenhum relacionamento amoroso. Ele sustenta uma vida íntima com sexo ocasional ou com prostitutas, também faz grande uso de sites pornográficos e tem uma intensa prática masturbatória. Na análise feita no artigo, podemos observar, com França Neto e Nogueira, que este sujeito se retira do laço com o Outro para fazer uma parceria com o gozo, até que a vergonha — causada quando a irmã de Brandon, Sissy, presencia seu modo de parceria — se manifesta. Nesse momento, Brandon é deslocado, mas as coisas não correm muito bem e outros sintomas eclodem.

Convido os leitores a participarem de nosso livro que é, ele também, a construção de um saber sobre a violência. Psicanálise e violência certamente nos traz vários pontos de vista, mas, essencialmente, é um trabalho que quer manter-se vivo e produtivo, contando com a leitura e produção de quem possa se interessar.